

# Guerra com o retorno de bandidos

Presos aguardam decisão judicial para voltarem de presídios federais. Estado teme confronto com novos líderes nas cadeias

Victor Muniz

**P**elo menos três presos de alta periculosidade podem retornar da Penitenciária Federal de Rondônia para o Espírito Santo. A informação foi revelada pelo coordenador das Varas de Execuções Penais do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES), juiz Marcelo Loureiro.

José Antônio Marin, o Toninho Pavão; Fernandes de Oliveira Reis, o Fernando Cabeção; além de Gilmar Luiz Binda já estão fora do Espírito Santo há sete anos por serem considerados ameaças à sociedade, mesmo presos.

De acordo com o presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Espírito Santo (Sindapes), Antônio Carlos Vilela, isso poderia causar uma guerra entre criminosos dentro da Penitenciária de Segurança Máxima II (PSMA II), em Viana, local para onde os detentos seriam transferidos no caso de voltarem.

“Existe a preocupação de iniciar conflito de gerações de criminosos. Como os outros detentos saíram daqui há sete anos, muitos que estão no presídio hoje são de uma geração nova e os que voltarem não têm mais o domínio como em 2005 ou 2006. Com certeza, vai haver um conflito nas unidades, que pode resultar até na morte de presos”, disse.

Vilela afirmou ainda que a segurança dos próprios agentes penitenciários que trabalham nas unidades pode ficar prejudicada, já que a maioria deles não possui porte de arma por não serem funcionários efetivados.

“O Estado está restrito por falta de mão de obra para manter a segurança nas unidades. Deveriam haver 60 agentes lá e tem dia que tem só 17, sendo apenas um homem armado para fazer a segurança. O Estado tem estrutura física para trazer, mas falta mão de obra efetiva”, afirmou.

A volta dos criminosos para o Espírito Santo depende de uma decisão dos ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ), uma vez que a lei prevê que os detentos só devem permanecer em prisões federais por um prazo máximo de 360 dias, prorrogáveis em casos excepcionais.

Toninho Pavão é considerado um dos traficantes mais perigosos do Espírito Santo e é condenado de diversas execuções no Estado.

Fernando Cabeção é acusado de comandar o Primeiro Comando de Guanabara, uma organização criminosa de Vila Velha, e foi condenado por ter intermediado o assassinato do juiz Alexandre Martins.

Já Gilmar Binda foi condenado por diversos assaltos a banco e é acusado de sequestros.



**TONINHO PAVÃO**, quando foi preso pela Polícia Federal em 2006: ele foi condenado por várias execuções no Estado



**GILMAR BINDA** foi condenado por assaltos a bancos



**FERNANDO CABEÇÃO** intermediou morte de juiz

## “Estado deve se preparar”, diz juiz

O juiz Marcelo Loureiro, que coordena as Varas de Execuções Penais do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES), negou ter afirmado que os presos que estão em Rondônia devem voltar para o Espírito Santo por estarem “emocionalmente destruídos”, como foi divulgado pela imprensa.

Segundo o juiz, durante o encontro do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e de Execuções de Medidas Socioeducativas do Tribunal

de Justiça do Estado, realizado na terça-feira, ele fez um alerta para as autoridades capixabas sobre a possível volta de presos.

“O nosso propósito é organizar o Estado para a possibilidade de receber esses presos de volta. A gente tem de tratar com a maior responsabilidade possível, para que se efetivamente houver a necessidade do retorno dessas pessoas, possamos recebê-las com segurança”.

Segundo o magistrado, o alerta surgiu após laudo realizado por

profissionais do presídio de Rondônia. “Os juízes da execução federal têm laudos psiquiátricos, de profissionais que acompanham esses detentos, que indicam que essas pessoas, por estarem há vários anos nas unidades federais, devem retornar para seus estados. Essa discussão está sendo travada hoje pelos ministros do STJ, que estão decidindo se esse retorno ocorrerá ou não”.

Loureiro também destacou que, como o tempo máximo de permanência desses criminosos nas penitenciárias já foi excedido, conforme previsto na lei 11.671 de 2008, o laudo médico pode aumentar ainda mais a possibilidade de eles retornarem ao Estado.

“Considerando que a lei prevê que o tempo máximo de permanência dessas pessoas em unidades federais é de 360 dias e, considerando que o laudo indica a desestabilização emocional, é possível que os ministros determinem o retorno deles. O Estado tem de estar preparado para recebê-los.”

Ele ainda falou do posicionamento da Justiça de Rondônia. “A juíza federal de lá tem insistido no retorno dessas pessoas, principalmente pelo fato do prazo máximo ser de 360 dias. O retorno é iminente”, afirmou.



**JUIZ MARCELO LOUREIRO:** “É possível que os ministros determinem o retorno deles. O Estado tem de estar preparado para recebê-los”

## Governo recorre para evitar volta de chefes de facções

Após tomar ciência da possível volta de criminosos de alta periculosidade da Penitenciária Federal de Rondônia para o Espírito Santo, o secretário de Estado da Justiça, Sérgio Alves Pereira, afirmou que já se movimentou para tentar impedir esse retorno.

“Ontem, comuniquei o fato ao governador e providenciamos uma documento que foi encaminhado ao Departamento Penitenciário Nacional e ao Ministério da Justiça para que tomasse conhecimento e nos auxiliassem na permanência dos presos lá”, disse o secretário.

O secretário disse que o retorno desses líderes de facções criminosas pode afetar a segurança dos próprios presídios.

“Quando eles saírem do Estado, uma nova liderança surgiu nas facções e se eles retornarem podem ter intenção de retomar a chefia da quadrilha e colocar em risco os outros detentos da unidade”, disse.

Sérgio Alves ainda ressaltou que a melhor decisão é manter esses presos nas penitenciárias federais.

“Temos a responsabilidade de manter a integridade física de presos e da sociedade. Para termos garantia de que não haverá nenhum dano, temos de adotar posturas, e a melhor é a distância entre os membros das quadrilhas”.

### ANÁLISE

**Sócrates de Souza**  
Dirigente do Centro de Apoio Criminal do Ministério Público



### “No crime nunca se perde a liderança”

“Apesar do Espírito Santo ter bons presídios, não detém tecnologia suficiente para impedir que as comunicações dos presos com o mundo exterior sejam interrompidas. Por essa razão, entendemos que a manutenção desses presos nos presídios federais é de suma importância para manter a tranquilidade no sistema penal capixaba.

Outro fator que chama a atenção é que a razão que remeteu esse presos para as unidades federais persistem. Somente uma avaliação aprofundada vai dizer se eles podem retornar.

No mundo do crime nunca se perde a liderança, a partir do momento que eles voltarem, a retomada é automática. Eles têm poderio bélico para coibir ou enfrentar qualquer tipo de reação. Certamente isso vai impactar nos índices de violência aqui no Estado, principalmente nos de homicídio, que vêm caindo”.